



<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/reflexoes-sobre-o-fazer-antropologico/>

## Reflexões sobre o fazer antropológico: por uma elaboração entre os arquivos do desastre ambiental de Mariana em e através de suas ruínas

Cassandra Moira Costa Moura [1]

**Resumo:** O breve ensaio apresentado é desenvolvido sob dois pontos de inflexão para o desenvolvimento de minha pesquisa, estes são: (1) o desastre de Mariana enquanto um evento crítico tal como concebido por Veena Das (1995), pensando em como este flexiona diversas rupturas dentro das comunidades afetadas, evidenciando assim os vínculos e as tensões sociais entre o interior e o exterior destas, trazendo não apenas questões extemporâneas ao centro deste evento, mas também reativações de marcas antigas, ou seja, o presente passa a ser constantemente mediado pelo passado, como um “conhecimento venenoso” (Das, 2011) onde o luto não tem fim; (2) De que forma posso elaborar parte da narrativa desse desastre ambiental, enquanto uma pesquisadora *outsider within* (Collins, 2016), sem que o exercício de tradução obstrua o entendimento das perdas sofridas, de práticas que obedecem a outras onto-epistemologias? Como me posicionar enquanto acadêmica sem retroalimentar as práticas coloniais que estão em jogo na égide da produção do conhecimento acadêmico? E por fim, gostaria de trazer para a conclusão um questionamento, como costurar essa narrativa sobre o Outro, tendo em vista o exercício bélico que eles são obrigados a enfrentar, esse movimento de destruição de mundos, de transformação de gentes em pedras (Yusoff, 2018), e mesmo ainda assim trazer a luz a dignidade ontológica dessas gentes? Como contar uma história com um passado irre recuperável, uma escrita impossível? Como respeitar o luto sem reencenar o horror? (Hartman, 2020).

**PALAVRAS-CHAVE:** Desastre ambiental. Mineração. Fabulação crítica.

---

*Reflections on doing anthropology: an elaboration between the archives of the Mariana environmental disaster within and through its ruins*

**ABSTRACT:** The brief essay presented is developed under two inflection points for the development of my research, they are: (1) the Mariana disaster as a critical event as conceived by Veena Das (1995), thinking about how it flexes several ruptures in the affected communities, revealing the connections and social tensions between the inside and outside of these communities, bringing not only extemporaneous issues to the center of this event, but also reactivations of old scars, that is, the present becomes constantly mediated by the past, as a "poisonous knowledge" (Das, 2011) where mourning has no end; (2) In what way can I elaborate



part of the narrative of this environmental disaster, as an outsider researcher within (Collins, 2016), without the translation exercise obstructing an understanding of losses suffered, as well as practices that obey other onto-epistemologies? How can I position myself as an academic without retro-feeding the colonial practices that are at play in the production of academic knowledge? And finally, I would like to bring to the conclusion an inquiry, how to stitch this narrative about the Other, in view of the warlike exercise they are forced to deal, this movement of destruction of worlds, of transformation of people into stones (Yusoff, 2018), and yet still bring to the surface the ontological dignity of these peoples? How to tell a story with an unrecoverable past, an impossible writing? How to respect mourning without re-enacting horror? (Hartman, 2020) .

**KEYWORDS:** Environmental disaster. Mining. Critical fabulation.

---

### **O evento crítico**

Em 05 de novembro de 2015, a barragem de Fundão se rompe por volta das 16h, de acordo com Vervloet (Ibama, 2015 *apud* 2016, p.109) o rompimento liberou 60 milhões de m<sup>3</sup> [2] de rejeitos de minério de ferro. A maré de rejeitos de minério de ferro ocasionada pela ruptura de Fundão causou o galgamento [3] da barragem de Santarém, segundo a Samarco os rejeitos passaram por cima da barragem de Santarém (usada na estocagem de água e sedimentos), erodindo parcialmente o maciço da barragem e causando danos estruturais, houve também danos as estruturas do dique de Selinha e dos diques Sela/Tulipa, estruturas que compõe as paredes laterais da barragem de Germano.

Com esse galgamento Nascimento e Silva (2016, p.53) nos informa que os rejeitos de minério de ferro ganharam maior volume e velocidade, inundando os distritos de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues (ambos distritos de Mariana), e também atingindo o rio Gualaxo do Norte [4], tributário do rio do Carmo, que por sua vez desemboca no rio Doce. A maré de lama foi tanta que percorreu cerca de 800 km até atingir a foz do rio Doce, já no Espírito Santo, e ainda assim se espalhando por 10 km no Oceano Atlântico.

O volume de rejeitos liberado pelo rompimento da barragem fez surgir um fluxo de lama que rapidamente atingiu as artérias fluviais na bacia do rio Doce, causando fortes impactos ambientais em termos geomorfológicos,



ecológicos e sociais. A cerca de 3 km do dique, a localidade de Bento Rodrigues foi atingida pela lama 15 minutos após o rompimento, tendo grande parte de sua estrutura urbana destruída. Levada pelo Córrego de Santarém até o rio Gualaxo do Norte, parte significativa dos rejeitos chegou ao rio do Carmo e atingiu, posteriormente, o rio Doce, acompanhada por uma onda de cheia que promoveu inundações em diversos trechos. No dia 21 de novembro, a água com os rejeitos alcançou o Oceano Atlântico e se espalhou por uma extensão superior a 10 km do litoral do Espírito Santo. Os rejeitos depositados vão sendo remobilizados paulatinamente pelos processos pluviais e fluviais, mantendo os sedimentos oriundos do rompimento da barragem nas águas do rio Doce por um período de tempo ainda inestimável. (Felippe *et al*, 2015, p.126-127)

De maneira geral, as consequências primeiras do rompimento foram: 60 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de minério de ferro espalhados numa distância de aproximadamente 800 km; 19 pessoas mortas, 1.256 pessoas desabrigadas; a destruição do distrito de Bento Rodrigues pela maré de rejeitos; 35 distritos impactados direta e indiretamente; impactos desconcertantes no modo de vida de aproximadamente 6 milhões de pessoas dentre estas, comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas; morte de 98 espécies de peixes que existiam no rio Doce (contabilizando 29 mil espécimes de peixes mortos retirados) - espécies aquáticas, da fauna ribeirinha e da ictiofauna; abastecimento de água comprometido; destruição de 1.176 hectares ao longo das margens dos rios (agricultura e vegetação nativa). (Nascimento e Silva, 2016; Sobrinho, 2017; Verloet, 2015; Felippe *et al*, 2016).

A natureza desse desastre, desse crime, desse empreendimento, causou uma série de ruínas não apenas às populações humanas, mas também as populações não-humanas, aos rios e a morfologia das paisagens.

Os impactos ambientais foram:

Degradação da qualidade da água nos rios afetados; Degradação da qualidade do solo; Destruição de vegetação natural e de áreas de preservação permanente nos trechos de cabeceira dos rios; Assoreamento



dos corpos hídricos; Alterações morfológicas dos corpos hídricos atingidos; Mortandade de peixes e de outros organismos aquáticos; Perturbações do equilíbrio dos ecossistemas aquáticos. (Salinas, 2016, p.29)

Os impactos econômicos foram:

Interrupção da produção minerária; Perda da arrecadação tributária; Aumento de despesas na prestação de serviços públicos emergenciais; Prejuízos à produção de energia das hidrelétricas; Danos a estabelecimentos comerciais atingidos pelo mar de lama; Danos a infraestruturas públicas e privadas; Prejuízos à indústria e demais atividades econômicas que dependem da qualidade da água dos corpos hídricos atingidos; Comprometimento da pesca em toda a extensão do rio e na transição com o ambiente marinho; Comprometimento da atividade agrícola; Danos a propriedades rurais; Comprometimento do turismo, sobretudo na região do estuário do rio Doce; Comprometimento da atividade agropecuária; Desemprego provocado pela paralisação das ações da Samarco. (Salinas, 2016, p.29-30)

Os danos humanos, sociais e relacionais foram:

Perdas de vidas; Pessoas feridas; Pessoas afetadas psicologicamente; Pessoas desabrigadas e desalojadas; Interrupção de serviços de vigilância em saúde, epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador; Interrupção de serviços de segurança pública; Interrupção de serviços de ensino; Perda de patrimônio histórico e cultural; Perda de referencial cultural; Impacto na forma de reprodução social dos índios Krenak. (Salinas, 2016, p.29-31)



Um evento crítico [5] (Das, 1995) pode ser pensado sobretudo como um evento de violência, onde o impacto é tão presente e visceral que a realidade do indivíduo que a sofre muda, pois se trata de um processo de violência que altera o cotidiano, impactando diretamente na política do dia-a-dia das pessoas que foram vitimadas por esse evento. Eu me pergunto, é possível pensar o rompimento da barragem de Fundão como evento crítico, tendo em vista não só o alcance



territorial que este possui, mas também a diversidade de estratos ecológicos, sociais e culturais que este violenta, afetando de maneira sem volta os impactados e suas políticas do dia-a-dia?

Creado (*et al*, 2016) recupera o termo evento crítico para elucidar algumas questões vividas pelos moradores de Regência.

Regência Augusta pode ser classificada como uma típica vila de pescadores artesanais, como se vê na sequência [...] de seu casario, no chão de terra batida das suas ruas e na expressão de sua atmosfera pacata. A última é somente alterada pela sonoridade e pelo movimento das pessoas em meio às festividades locais, dentre as quais a emblemática gesta dedicada ao Caboclo Bernardo, um misto de herói e mito local, que é celebrada no mês de junho. Ao largo desse ambiente e desse clima favoráveis, no movimento das águas do mar que margeia a pequena vila, a vida também se manifesta na prática do surfe, atividade que atrai para a localidade pessoas de todos os lugares do Brasil e do mundo em busca das melhores ondas. É preciso lembrar que Regência está localizada na foz do Rio Doce, nesse entroncamento do rio e mar, onde a prática de pesca tem sido desenvolvida há gerações e onde a história dos moradores locais se confunde com o fluxo das águas. (Creado *et al*, 2016, p.234)

Dito isto, é necessário pontuar que Regência antes mesmo do rompimento da barragem de Fundão, já estava tendo problemas socioambientais, muitos desses advindos da continuidade da prática de pesca, oriundos do desenvolvimento industrial; da ação da Petrobras no território; da legislação ambiental e as atividades de pesca de grande escala; da pesca predatória das grandes embarcações, etc.. O então rompimento representa o problema derradeiro de uma comunidade tradicional de pescadores que já sofria em algum grau da degradação ambiental promovida por grandes empresas, como Creado (*et al*, 2016, p. 236) nos relata "a situação do Rio Doce (e as condições de pesca na foz) já era uma preocupação dos pescadores, que relatavam: [...] diminuição do volume de água no rio; [...] salinização excessiva da água na foz; [...] comprometimento da qualidade da água e do abastecimento da própria localidade." Todavia, se esses problemas supracitados representam em alguma medida as relações de poderes desiguais entre comunidade tradicional e grandes empresas bilionárias, o rompimento vai representar essa relação elevada em sua última consequência, isto é: um desastre que se emaranha diretamente na vida e no território das pessoas afetadas, e que persistirá por tempo indeterminado, há aqui uma completa erosão do modo de vida dessas pessoas.



De certa maneira, pode-se dizer que a vida dessas pessoas foi arruinada de uma maneira onde já não há retorno, o que vemos aqui é a constituição de um evento crítico que altera de modo irreparável a vida e o luto dos moradores de Regência. Losekann (*et al*, 2015) coleta depoimentos de moradores, que por sua vez comentam que antes do rompimento o rio vivia cheio de crianças brincalhonas, essas nadavam e passavam boa parte do dia em suas águas, e que agora para elas não há muito mais o que se fazer. Os moradores relatam de maneira saudosista as atividades de outrora em Regência, já que com a chegada da lama ao oceano, as atividades normais do dia-a-dia foram remodeladas em poucas horas.

O surf, atividade que leva inúmeros turistas ao distrito, foi interditado, o lazer, e a dinâmica de vida construída pelas crianças, baseada em brincadeiras na foz do rio, teve que se readaptar. As brincadeiras deram lugar às filas de postos de abastecimento de água e ao olhar inconformado pela destruição. (Losekann *et al*, 2015, p.17)

É válido lembrar que esse sentimento de ruptura provocada por essa situação traumática que vem sendo assimilada ao cotidiano das pessoas que a vivenciaram não acontece apenas em Regência, mas em toda extensão do alcance do desastre ambiental, relatos de perda não nos faltam.

No documentário “Vivos na natureza morta” (2017), Yasmin Souza (Krenak) relembra que sua infância se deu através de brincadeiras e cantos no rio; Itamar Krenak relembra o som do riso das crianças na beira do rio, o rio enquanto ponto de encontro dos parentes; Leomir Cecilio de Souza relembra das comidas que o rio proporcionava, a caça das capivaras que habitavam a margem, a pesca das muitas espécies de peixes que outrora existiam ali; Gilmar Rodrigues Santana relembra das plantas que eram usadas para os mais variados tipos de remédios que cresciam na beira do rio. E assim sucessivamente nos é contada uma história de perda de mundo, que parece forjar uma comunidade de sofrimento partilhada tanto pelas vítimas do interior desse desastre, quanto por aqueles exteriores, como pesquisadores, jornalistas e artistas que também acabam por produzir narrativas sobre o evento. (Moura, 2020, p.09)

Sem terra, sem água, sem peixe, e agora sem emprego. Clelia conta que de toda Degredo só seu marido e seu segundo filho é que conseguiram emprego na Petrobrás, em compensação seu primeiro filho Marcos seguiu pescador, mas que a pesca foi totalmente arruinada após o crime da



Samarco/Vale-BHP. A tragédia agora se conjura dupla, houve por parte da Petrobrás uma compensação, a instalação de uma fábrica de biscoitos “como condicionante do empreendimento Cangoá-Peroá” com capacidade para 20 pessoas, como se isso foi o suficiente para reparar todo um modo de vida. (Moura, 2020, p.13)

O sentimento que aparece nos diversos testemunhos disponíveis é o de ausência da manutenção dos significantes da vida cotidiana, da ausência dos risos que antes eram ouvidos nas margens do rio, da ausência das brincadeiras, da ausência das crianças nadando, da ausência das pessoas pescando, da ausência das pessoas trabalhando, o que fica parece ser esse sentimento de amargor, de luto.

Veena Das (2011, p.35) nos fala sobre essa “posse direta do passado [...] constantemente mediada pela maneira em que o mundo está sendo habitado no presente.” Apesar das diferenças evidentes entre a Partição da Índia (1947), o desastre químico de Bhopal (1984) e o rompimento da barragem de Fundão (2015), essa memória presente de estar-com-os-outros membros dessa comunidade de sofrimento originada a partir de um evento crítico é análogo, é comum dentro de suas incomunalidades, o que temos é o sofrimento que embala constantemente a vida desses adultos, jovens e crianças das comunidades tradicionais afetadas, como em Linhares, na Reserva Indígena Krenak e na Comunidade Remanescente de Quilombo do Degredo.

Isso é o que quero dizer pela importância de descobrir meios de falar sobre a experiência de testemunhar: que se nossa maneira de estar-com-os-outros tiver sido brutalmente estragada, então o passado entra no presente, não necessariamente como memória traumática, mas como conhecimento venenoso. Esse conhecimento pode ser enfrentado apenas pelo conhecimento através do sofrimento. (Das, 2011, p.35)

O evento crítico de Mariana para além das afetações que este produz nas políticas do dia-a-dia das pessoas que foram impactadas, alcança também outros contornos que não são exatamente os mesmos, mas que tem pontos de origem nos modos de vida e no cotidiano das pessoas afetadas, e essa é uma das questões mantenedoras deste ensaio e também da minha pesquisa. Isto é, o



rompimento da barragem de Fundão afeta dois polos distintos da modernidade, natureza e cultura, Moreira (2020, p.73) sugere "que o rompimento da barragem constitui um não-lugar preciso na relação clássica entre natureza e cultura". E é justamente esse não-lugar que me interessa, pois essa forma híbrida (Latour, 1994) do não-lugar abre possibilidade para inquirir novos modos de falar sobre desastre ambiental, flexionando através da virada ontológica exercícios para a compreensão do evento para além dos ditames modernos ocidentais, dimensionando a importância das rupturas do cotidiano também na esfera ontológica que também habita o cotidiano, a política do dia-a-dia, a dor da perda de seus significantes, etc..

As diferentes personalidades afetadas têm diferentes formas de compreender o evento, que por um lado são demasiadamente locais, por outro completamente singulares, mas nenhuma delas é individual demais para não se considerar e universal demais para não se explicar. (Moreira, 2020, p.81)

## **Mineração de mundos**

O que está em jogo em termos de perda quando falamos sobre desastre ambiental? Essa tem sido uma das questões mobilizadoras da minha pesquisa, tenho utilizado de diversas ferramentas conceituais [6] para tentar fazer esse exercício de uma forma que a importância daquilo perdido esteja presente, para que a importância do território para as pessoas afetadas seja passada e mantida textualmente, e isto não é uma tarefa fácil.

Enquanto uma pesquisadora *outsider within* [7] (Collins, 2016) de uma pesquisa que acontece durante uma pandemia, uma pesquisadora dos arquivos, relatórios técnicos e testemunhos coletados por outros, venho utilizando de meios que não são usuais para uma antropologia/sociologia do desastre ambiental. Procuro trazer a discussão para além dos dados geotécnicos que imprimem desgraça, infortúnio, descaso e destruição sobre a vida de diversos coletivos, eu recorro a literatura, a poética negra feminista e a antropologia para me aproximar da problemática que envolve a mineração, o neoextrativismo e o neoliberalismo, buscando assim não





recorrer a alternativas infernais (Stengers, 2015) que me obrigariam a escolher entre o “desenvolvimento”, o “progresso” e a produção de vida desses coletivos, ao invés disso, procuro demonstrar de maneira afetiva o que está em jogo e desde quando isso está em jogo no cenário nacional e internacional.

Todavia, falar sobre a produção de vida desses coletivos por um lado, é também falar sobre a destruição e a produção de morte por outro lado, e o rompimento da barragem de Fundão é por excelência uma manifestação necropolítica [8] (Mbembe, 2018) ligada a infraestrutura da mineração e a história enquanto condição de um passado que não foi superado. Isto é: (1) a mineração moderna enquanto peça constitutiva da existência do ocidente e suas infraestruturas; (2) a mineração moderna enquanto destruidora de mundos outros, um exercício bélico; (3) a mineração moderna enquanto um projeto de expropriação colonial.

(1) Pensar a constituição do mundo moderno sem a presença da mineração é algo impossível, a mineração permite construir ferramentas, veículos, cidades, comunicações, equipamentos elétricos e eletrônicos, computadores, cosméticos diversos, enfim, uma variedade de materialidades diversas, sem a mineração a existência das grandes cidades e do mundo que nos é projetado dia-a-dia não seria possível de forma alguma, o que também não implica dizer que a mineração é benéfica e seus impactos ou que o progresso pelo progresso também o é, mas é inegável a inviabilidade de conceber este mundo sem a atividade mineradora. A mineração então constitui-se enquanto parte essencial, sendo parte fundamental da infraestrutura moderna, ao mesmo tempo que fornece substrato (minérios) para a constituição e de suas diversas outras infraestruturas, condicionando a existência material ocidental as suas formas e técnicas extrativistas primeiras.

(2) O rompimento da barragem de Fundão aconteceu por múltiplos fatores, tais como: uma elevada saturação dos rejeitos; falhas contínuas no monitoramento do nível de água; equipamentos de monitoramento com defeitos; monitoramento deficiente; elevada taxa de alteamento em função do volume maior do que o recomendado pela literatura técnica;



assoreamento do dique; deficiência do sistema de drenagem, pós-bom das *comodditties*; ineficiência dos órgãos fiscalizadores do estado e da União; problemas originários de um licenciamento aprovado sem que as condicionantes de seguridade fossem cumpridas; etc. (Gonçalves; Pinto; Wanderley, 2016; Morgenstern *et al*, 2016; Nascimento e Silva, 2018; Sobrinho, 2017; Verloet, 2016). O rompimento se dá na melhor das hipóteses por descaso, irresponsabilidade, má conduta, descomprometimento, e na pior das hipóteses o rompimento se dá por uma necropolítica (Mbembe, 2018) oriunda de um Estado Neoliberal e suas políticas genocidas, proposições assassinas, um movimento de destruição de mundos, uma manifestação moderna alinhada ao Estado-nação que através da forma jurídico-econômica do capital (Silva, 2019) continua expropriando violentamente as comunidades e seus territórios que não foram assimilados a produção de universalidade e quantificação ocidental da natureza.

(3) O território correspondente a bacia do rio Doce foi e ainda é alvo de inúmeras disputas que colocam constantemente de um lado comunidades urbanas e rurais, cidades e vilarejos, agricultores, ribeirinhos, pescadores, indígenas e quilombolas, e de outro lado empresas mineradoras, governo e capital. É sabido que o destino mineral de Minas Gerais e Brasil começa cinco séculos atrás. Se o Brasil se constitui enquanto tal agente modernizador ou projeto colonial bem sucedido, e o Ocidente se estabelece enquanto universal, infinito e moderno é devido aos despojos de suas colônias. Para contar essa história a partir do território devemos começar pela servidão e escravização negra e os processos de expropriação territorial indígena, isto é, com a dominação de seus territórios e a transformação da natureza em mercadoria, com isso o empreendimento colonial se inicia, dando partido a um exercício bélico silencioso.

O que nos importa de imediato é entender que o rompimento da barragem de Fundão não se configura enquanto acidente ambiental, mas sim consequência última de uma política colonialista que se inicia em 1452 [9], pois “os processos históricos iniciados com o projeto moderno colonial trazem a explicação dos conflitos entre a matriz de racionalidade eurocêntrica e aquela dos povos originários dos territórios colonizados” (Ferreira, 2016, p.279). O que temos hoje são tentativas de controle e incorporação de territórios ocupados por comunidades oriundas dos povos originários e



tradicionais restantes, Ferreira (2016, p.282-296) estabelece um panorama preciso sobre a retomada da luta pelo território na região do vale por parte das forças modernas coloniais/ocidentais. Isso fica perceptível quando destacamos, por exemplo, quando Dom João VI institucionaliza em 1808 uma guerra ostensiva aos Botocudos; quando a partir dos anos 1920, com o fim da escravidão negra e a decadência das atividades ligadas à economia colonial, a floresta tropical do norte do Espírito Santo passa a ser explorada para o progresso nacional; quando a Estrada de Ferro Vitória-Minas, inaugurada em 1902 e finalizada em 1994, serve como meio de transporte de madeira, café e posteriormente minério, contribuindo para o devassamento da floresta e favorecendo a “implantação de um parque siderúrgico na região”; quando as zonas planas, ao norte do rio Doce, são transformadas em monoculturas de eucaliptos destinada a produção de celulose; quando a exploração de petróleo e gás foram iniciadas em Espírito Santo, faz com que comunidades tradicionais passem a ver seus territórios ocupados por essas indústrias, “transformando-os em campos de pesquisa sísmica, locais de perfuração de poços, trânsito de dutos de transporte”, etc..

Se esses povos e comunidades já se encontravam inseridos num lugar de subalternidade em relação ao processo desenvolvimentista, a destruição do Rio Doce significou, em muitos casos, o “golpe certo” de destruição das possibilidades de seus modos de viver e de suas formas de territorialidade material, simbólica e afetiva. (Ferreira, 2016, p.296)



Se anteriormente disse que utilizo de diversas ferramentas conceituais é justamente pela insuficiência que a cultura tem a dizer sobre o território e as pessoas que nele vivem (humanos e não-humanos), e de que maneira o impacto desse desastre ambiental em específico devastou esses modos de vida. Entretanto, não gostaria de entrar nos pormenores da discussão presente no texto do Carrithers (*et al*, 2010) “Ontologia é apenas outra palavra para cultura” [10], por entender que os movimentos pós-*virada ontológica* conjuram uma série de esforços críticos que movimentam a discussão da ontologia para muito além de uma forma sólida, e exatamente por essa forma não ser sólida e estar sendo constantemente tensionada é que eu utilizo de diversas ferramentas conceituais que não se debruçam necessariamente sobre a mesma coisa, mas possuem diferenças em comuns, tentativas de reparações, tentativas de contrarrespostas ou talvez de fabulação crítica de uma história colonial miserável que a antropologia não apenas herda como também participa ativamente, enfim a utilização da ontologia como uma medida reparadora, onde essa surge como possibilidade de exprimir; de “dar conta” da vazão de sentidos desses pluriversos que a cultura não dá ou deixou de dar em algum momento.

Ontologias geralmente são introduzidas quando antropólogos sentem que a cultura parou de desempenhar sua função, qual seja, a de levar a diferença suficientemente a sério. A necessidade da palavra ontologia vem de uma suspeita de que a diferença cultural não é diferente o suficiente, ou então de que a diferença cultural foi reduzida pelos críticos culturais a um mero efeito da instrumentalidade política. Em contraste, a ontologia é uma tentativa de levar os outros e sua real diferença a sério. É nesse sentido que a ontologia vem substituir a cultura, num tempo em que a cultura perdeu algo de sua pujança analítica e retórica. Para usar uma metáfora monetária, poderíamos sugerir que houve uma hiperinflação do termo “cultura”: a noção de diferença cultural foi trazida para o vocabulário geral, reduzida a um mero jogo representacional, exposta como subserviente às necessidades das políticas de identidade. Como resultado, ela sofreu uma grave deflação como termo que possa designar diferenças reais. A virada para a ontologia é, então, um tipo de retorno para um padrão-ouro, um movimento poderoso para reinscrever a diferença no próprio coração do mundo – ou pelo menos no coração do método antropológico. (Carrithers *et al*, 2010, p.175)



E isso não é uma crítica as formas jurídicas de tentativas de reparação, existe sim a necessidade de instrumentalizar e judicializar a luta através de acordos que traduzam a objetividade do domínio cultural ocidental para o econômico-ecológico, mas ao mesmo tempo tratar essa discussão no âmbito da metáfora e das representações culturais é insuficiente sobretudo para mim e a discussão que estou levantando na pesquisa.

•••

Por fim, o que venho querendo levantar com essa discussão é de que maneira o subalterno pode falar (Spivak, 2010) sem que suas reivindicações necessariamente sejam instrumentalizadas pela judicialização de suas lutas, sem que as leis oriundas do imperialismo sufoquem as vozes subalternas não dando permissão para que estas falem, e quando dão permissão é para que seja falado de forma audível as impressões dicotômicas da epistemologia moderna, em outras palavras, como podemos falar do rio Doce enquanto *Watu* [11], enquanto avó, enquanto ancestral em comum dos Krenak; ou como falar do território enquanto ponto de inflexão de afetividade, construção de laços e resistência histórica. O que desejo fazer é ser capaz enquanto uma pesquisadora *outsider within* que ocupa as bordas do império e produtora de um corpo e de um saber localizado [12], auxiliar na visualização do espaço geográfico do vale do rio Doce e seus arredores enquanto portador de inter-relações entre territórios-mundos e gentes, justamente desenhando o território através da escrita enquanto continuidade onto-epistêmica das gentes que nele habitam, evidenciando o sopro de afetividade territorial que comporta até mesmo formas relacionais de mundos não dominantes na experiência moderna (Escobar, 2016), caracterizando as ontologias, epistemologias, etc., (ou quantos nomes forem necessários) desses muitos povos étnicos-territoriais que habitam o vale e seus arredores.

Mas para fazer isso, para viabilizar essa tarefa é imprescindível entender que modernidade e colonialidade [13] estão arraigadas uma à outra, são complementares, e isso não reflete apenas as formas jurídicas e econômicas do capital, mas sim toda uma colonização epistêmica, etnocêntrica e eurocêntrica (Mignolo, 2003), e como alternativa a esse cenário devemos empreender uma contra história apoiada nas noções de epistemologia territorial e na geopolítica do conhecimento



(Mignolo, 2010), onde devemos interrogar os fundamentos da modernidade e da colonialidade à luz dos saberes e da desobediência epistêmica dos sujeitos subalternos.

[...] la geo-política epistémica implica un vuelco decolonial y cobra aquí su sentido no a través de la relación con un objeto (el planeta), sino en el marco de las materializaciones epistémicas (geo-históricas y corpo-gráficas) en la organización espacial del mundo moderno/colonial: la geopolítica del conocimiento nombra la ubicación histórica (espacio y tiempo, los referentes históricos y la configuración del tiempo y del espacio, etcétera) y la autoridad de la localización de las enunciaciones negadas y devaluadas por parte de la dominación y la hegemonía de ambas políticas imperiales del conocimiento y del entendimiento, la teológica y la egológica. (Mignolo, 2010, p.35-37)

Ao fazermos isso então deslocamos esse único universal possível que é configurada pela exploração capitalista, pela modernidade e pela colonialidade e instauramos uma abertura de clareira com múltiplos sentidos, pois “o sujeito subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo” (Spivak, 2010, p.57), ou a exemplo de Mignolo (2003), poderíamos dizer que passamos então para um sistema-mundo, ao invés de uma história “mundial, universal e abstrata”, para um mundo configurado sob os postulados do colonialismo moderno, resultando em diversas outras epistemologias que redefinem a geopolítica do conhecimento, “um discurso que altera a proporção entre os locais geo-históricos (ou histórias locais) e a produção de conhecimento [...] “uma outra língua, um outro pensamento, uma outra lógica” (Mignolo, 2003, p.136).

Se pudéssemos nos desfazer deste erro de método, não passaríamos mais de um cosmos (arcaico e infinito) a um universo (moderno e infinito), mas, sim – e aqui reside toda a dificuldade –, passaríamos de um cosmos a *outros cosmos*, em que os seres antigos, tanto quanto aos novos, teriam sido *rearranjados* de forma gradual. (Latour, 2016, p.112)

## Contando histórias



De maneira geral, as perguntas feitas no resumo e os esforços que tentei aglomerar no texto dizem respeito a forma de contar essas histórias, o que eu estou fazendo é contar histórias, histórias que já foram contadas por afetados, por pesquisadores, por mineradoras, por jornalistas, por advogados, por juízes, por técnicos, por especialistas, enfim, histórias que estão sendo contadas continuamente e estão sendo disputadas tanto pela égide moderna e a forma jurídica econômica do capital, quanto pelos aparentados, por aqueles que estão nessa tarefa de insistir que há modos de vida outros para além daquilo que está posto pelos ditames coloniais. Meu esforço reside em tentar conta essa história de uma maneira positiva, de contribuição para com essas gentes que insistem na alegria de estar presente, ao mesmo tempo que me posiciono enquanto uma agente exterior tomada por diversas preocupações, que nem sempre são as mesmas preocupações desse ou daquele ator local, dessa ou daquela narrativa.

A noção de evento crítico evidencia os vínculos entre o interior e o exterior, assim como as fissuras, que aparecem por meio dos atores e de suas expressões reflexivas e sensíveis ante a experiência do fato vivenciado, pois suas interpretações e discursos não necessariamente se movem para uma posição única. Traz a coexistência de diferentes vozes, locais e extra locais, ao mesmo tempo em que elementos extemporâneos vêm à tona ou marcas antigas podem ser reavivadas. Da mesma forma, nesse contexto, interpretações e discursos podem ser apagados ou encapsulados por interpretações ou discursos que buscam ter mais autoridade do que os daqueles que sofrem diretamente o desastre (Das, 1994 *apud* Creado *et al*, 2016, p.240)

Então retomo a algumas perguntas que deixarei em aberto, estas são: Como produzir conhecimento sobre um evento extemporâneo a mim, sem que meu discurso se sobreponha ao daqueles afetados e vitimados por esse evento, ao mesmo tempo que minha atuação enquanto pesquisadora e minhas preocupações sejam mantidas, mesmo que estas por sua vez sejam heterogêneas as narrativas tradicionalmente vinculadas ao desastre ambiental em questão?

Como tensionar a narrativa nesta posição de pesquisadora situada, de corpo não hegemônico, da não-universalidade branca e branda, de uma maneira a pensar problemas de traduções e



impressões sobre o Outro, ante as possibilidades outras de existir e de insistir? Se a justa medida quantitativa do acontecimento envolvendo essa narrativa é a morte de gentes (humanas e não-humanas), ou a exemplo de Yussof (2020, p.05 e 70, tradução nossa), “na extração mineralógica o ouro aparece como corpos e corpos são o excedente [...] os corpos negros e "marrons" são reconhecidos como regimes de valor, mas só enquanto aguardam extração (onde a branquidade é árbitra e dona do valor)”.

De que maneira contar uma história de horror, sem reencenar o horror? (Hartman, 2020) Como contar uma história onde o evento principal acontece em 2015, sendo que é sabido que essa história começou em 1452, deixando uma trilha de ruínas, desonras, corpos e tragédias?

Meu esforço para reconstruir o passado é, também, uma tentativa de descrever obliquamente as formas de violências autorizadas no presente, isto é, as formas de morte desencadeada em nome de liberdade, segurança, civilização e Deus/ o bem. A narrativa é central para esse esforço por causa da “relação explícita ou implicada que ela estabelece entre passado, presentes e futuros”. Lutar com a reivindicação da garota sobre o presente é uma forma de nomear nosso tempo, pensar nosso presente e visualizar o passado que o criou. (Hartman, 2020, p.31)

Se eu trago a Hartman para o fim deste ensaio, é justamente por ela ser uma contadora de histórias, de histórias impossíveis, obviamente que existem diferenças entre a história que estou contando (e muitas já contaram) e a história que a Hartman se debruça, diferenças entre processos de violências abissais. Existe do meu lado o testemunho, a produção de vida dos afetados, a resistência enquanto atuação crítica de ser e estar no mundo, mas ainda assim o evento do rompimento da barragem Fundão possui suas comunalidades, de um ponto de origem, isto é: a escravidão, o genocídio, o etnocídio, a desumanização, e quais mais nomes forem necessários para nomear o inominável.

Quais são os tipos de histórias a serem contadas por e sobre aqueles e aquelas que vivem em tal relacionamento íntimo com a morte? Romances? Tragédias? Gritos que fazem seu caminho para a fala e a canção? Quais são





os protocolos e limites que moldam as narrativas escritas como conta-História, uma aspiração que não é um profilático contra os riscos decorrentes ao reiterar discursos violentos e representar novamente rituais de tortura? Como se revisita a cena de sujeição sem replicar a gramática da violência? A “beleza terrível” que reside em tal cena é de algum modo semelhante a um remédio, como Fred Moten pareceria sugerir? O tipo de beleza terrível e de música terrível que ele discerne nos gritos de Tia Hester transformados nas canções da Greta House Farm ou na fotografia da face destruída de Emmet Till, e a “acuidade do olhar” que surge da disposição de olhar para o caixão aberto. As possibilidades superamos perigos de olho [de novo]? (Hartman, 2020, p.19)

Dito isto, o que minha pesquisa pretende ensejar é o rompimento da barragem de Fundão sob outra ontologia mineral, que não recorra aos jargões clássicos já esgotados de uma sociologia do desastre ambiental, ou até mesmo de uma antropologia que se apoie apenas em procedimentos reparadores que se dobram sobre as noções ocidentais de produção, valor, lazer e trabalho, seus sujeitos e objetos. Talvez, e só talvez, eu consiga agora operar a narrativa de uma forma que essa não seja apreendida pela destruição de um lado e pela necessidade da reafirmação da vida de outro, digo isto, porque operacionalizar a necessidade da não-vida pela vida, acaba por reduzir através de um exercício de purificação e tradução aquilo que quero dizer quando falo de montanhas, rios, e suas diversas inter-relações. E a exemplo de Moten e Harney (2020) talvez após determinar as vítimas e os algozes, agora devêssemos parar de direcionar toda nossa energia para os padrões, e quem sabe consigamos redirecionar “a presença de nossa prática no amor e na batalha, em e através de suas ruínas [...]” (Moten; Harney, 2020, p.13, tradução nossa)

## **Bibliografia**

ANA – Agência Nacional de Águas. Previsão de Eventos Críticos na Bacia do Rio Paraíba do Sul, R 06 – Estudos de Ruptura de Barragens. p.113, 2012.

CARRITHERS, Michael *et al.* “Ontology Is Just Another Word for Culture: Motion Tabled at the 2008 Meeting of the Group for Debates in Anthropological Theory, University of Manchester”. *Critique of Anthropology* 30 (2), 2010, pp.152-200.



COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within\*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, 31(1), 99-127. 2016.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (org.). *Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 267-311.

CREADO, Eliana Santos Junqueira. Modos de olhar, contar e viver: A chegada da “lama da Samarco” na foz do Rio Doce, em Regência Augusta (ES), como um evento crítico. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (org.). *Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 233-267.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 37, p. 9–41, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645006>. Acesso em: 28 fev. 2021.

ESCOBAR, Arturo. Territórios de diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. *ClimaCom Cultura Científica – pesquisa, Jornalismo e Arte*. v. 2, n. 6, jan. 2016.

FELIPPE, Miguel Fernandes *et al.* Considerações sobre o ano hidrológico 2013- 2014 e os seus reflexos nos caudais fluviais da bacia do rio Doce. *Geografias*, v. 1, n. Especial - Vale do Rio Doce, p. 26-45, 2016.

GONÇALVES, Ricardo; PINTO, Raquel Giffoni; WANDERLEY, Luiz Jardim. Conflitos ambientais e pilhagem dos territórios na Bacia do Rio Doce. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (org.). *Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009.

HARNEY, Stefano; MOTEN, Fred. *The university (last words)*. 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/43580248/The\\_university\\_last\\_words\\_fred\\_moten\\_and\\_stefano\\_harney](https://www.academia.edu/43580248/The_university_last_words_fred_moten_and_stefano_harney). Acesso em: 26 fev. 2021.



HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista EcoPos*. v. 23, n. 3, 2020.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

\_\_\_\_\_. *Cogitamus: Seis cartas sobre as humanidades científicas*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2016.

LOSEKANN, Cristiana; *et al.* *Sem-Terra, Sem-Água e Sem-Peixe – Impactos socioambientais da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco no Espírito Santo*. *WATERLAT-GOBACIT*. v. 2, n. 17, p. 8-35, nov/dez. 2015.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. *Desobediencia Epistémica: retórica de la Modernidade, lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad*. Buenos Aires, Ediciones del Signo, 2010.

MORGENNSTERN, Norbert R.; VICK, Steven G.; VIOTTI, Cássio B.; WATTS, Bryan D. Comitê de Especialistas para Análise da Ruptura da Barragem de Rejeitos de Fundão: Relatório sobre as Causas Imediatas da Ruptura da Barragem de Fundão. Minas Gerais: Fundação Renova. 2016.

MOREIRA, João Vitor de Freitas. *Watu Kuém: Os Borum do médio rio Doce, o evento crítico de Mariana e o encontro pragmático com o Direito*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 168. 2020.

MOURA, Cassandra Moira Costa. *O rio Doce e o rompimento da barragem de Fundão: ontologias, águas e mundos postos em cheque*. In: *Reunião Brasileira de Antropologia, 32º, 2020, edição virtual*.

MPMG. *Rompimento da barragem de Fundão, resultados e desafios cinco anos após o desastre*.

MPMG. Disponível em: <<https://bit.ly/2YewgUQ>>. Acesso em: 13 de novembro, 2020.

NASCIMENTO E SILVA, Leila Cristina do. *Barragens de Rejeito da Mineração: Análise do Sistema de Gestão do Estado de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018.

POVINELLI, Elizabeth. *Geontologies: A Requiem to Late Liberalism*. Durham, N.C.: Duke University Press, 2016.



SALINAS, Natasha Schmitt Caccia Salinas. Caso Samarco: implicações jurídicas, econômicas e sociais do maior desastre ambiental do Brasil. Caso de Ensino - Faculdade de Direito, FGV Rio, p.48, 2016.

SILVA, Denise Ferreira da. A Dívida Impagável. São Paulo: Casa do Povo, 2019.

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? | Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SOBRINHO, Lafayette Garcia Novaes. Excelentíssimo Juiz Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais – Belo Horizonte. Associação Pachamama. Minas Gerais, nov/ 2017.

STENGERS, Isabelle. No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

\_\_\_\_\_. The Challenge of Ontological Politics. In: A World of Many Worlds. (Ed.). A World of Many Worlds. Durham: Duke University Press, 2018. p. 83-11.

VERVLOET, Roberto José Hezer Moreira. A geomorfologia da região de rompimento da barragem da Samarco: a originalidade da paisagem à paisagem da mineração. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. (Org.). Desastre no Vale do Rio Doce – Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 91-121.

YUSOFF, Kathryn. A Billion Black Anthropocenes or None. Minnessota: University of Minnessota Press, 2019.

ZHOURI, Andréa *et al.* O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. Cienc. Cult., São Paulo, v. 68, n. 3, p. 36-40, Sept. 2016.



- [1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: [cassandra.moira@outlook.com](mailto:cassandra.moira@outlook.com)
- [2] A quantidade de rejeitos liberados apresenta algumas variações dependendo da fonte utilizada, estou usando os números fornecidos pelo Ministério Público de Minas Gerais, vide: MPMG. Rompimento da barragem de Fundão, resultados e desafios cinco anos após o desastre. MPMG. Disponível em: <<https://bit.ly/2YewgUQ>>. Acesso em: 13 de novembro, 2020.
- [3] A ruptura por galgamento ocorre quando o nível d'água no reservatório se eleva além da cota da crista da barragem. No caso das barragens de terra, o galgamento produz um arraste de materiais e a posterior ruptura. No caso das barragens de concreto, um galgamento não produz necessariamente uma ruptura, porém, as sobrecargas a que a barragem pode ser submetida podem conduzi-la à ruptura. (ANA - Agência Nacional de Águas, 2012, p.15).
- [4] Vervloet estima (Ibama, 2015 *apud* 2016, p.109) que de um total de 34 milhões m<sup>3</sup>, 18 milhões de m<sup>3</sup> foram levados diretamente para o rio Gualuxo do Norte, e desse total 16 milhões m<sup>3</sup> ficaram depositados em sua calha e de seus tributários.
- [5] “O termo evento crítico é recuperado a partir das reflexões de Veena Das (1995) sobre eventos na Índia, em que comunidades se tornaram atores políticos e passaram a dialogar com dinâmicas e atores não locais. Tais eventos cruzam diferentes instituições, ressignificam categorias prévias e, no diálogo com o Estado, através de uma forma de espelhamento de estruturas, geram dinâmicas de controle da diversidade interna às comunidades que se tornam atores políticos.” (Das, 1995 *apud* Creado *et al*, 2016, p.239).
- [6] Onto-epistemologias (Silva, 2019), geontologias (Povinelli, 2016), ontologias relacionais (Escobar, 2016), ontologias políticas (Stengers, 2018), pluriversos (Blaser; Cadena, 2018).
- [7] “Como *outsiders within*, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um status de *outsider within* ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas.” (Collins, 2016, p.101).
- [8] Necropolítica aqui é apresentada enquanto mais uma faceta de um conflito onto-epistêmico representado pelos modernos enquanto modalidade de ser e existir, um desdobramento da biopolítica foucaultiana que de um lado se envereda para a destituição da vida de corpos negros e indígenas; e de outro lado se envereda para uma biontologia (Povinelli, 2016) que mantém a divisão entre vida e não-vida, castrando onto-epistemologias outras de povos não-ocidentais, para a transformação de territórios em *commodities*.
- [9] “Wynter suggests that we should in fact consider 1452 as the beginning of the New World, as African slaves are put to work on the first plantations on the Portuguese Island of Madeira, initiating the ‘sugar-slave’ complex - a massive replantation of ecologies and forced relocation of people (existing ecologies were not immune to the ravages of the new invaders, from plants and domestic animals to microbiomes and new geomorphic regimes). Wynter argues that the importance of the New World is in its dual processes of the ‘reduction of Man to Labour and of Nature to Land under the impulsion of the market economy.’ Wynter forcefully demonstrates how ‘Man’ appears as the ontological significance of whiteness and how its rational man is established as the biologically selected being, established first through Cartesian man and the through biologism as an advanced evolutionary subject within concepts of geologic time.” (*apud* Yusoff, 2018, p.34).
- [10] Talvez a questão mais apropriada seja se a ontologia enquanto instrumento conceitual tem tido uma aplicação eficaz de tradução ou tem caído no mesmo erro da cultura, na simplificação e no reducionismo, no impasse representacional. Mas digo isso, pensando especificamente nos pormenores da minha pesquisa, de um esforço em tentar entender as formatações desses mundos para fora da instrumentalização da luta jurídica, enquanto um esforço intelectual particular.
- [11] “O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde formos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão externa).” (Krenak, 2020, p.40).
- [12] “Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece. O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular. A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar.” (Haraway, 1995, p.33-34).



[13] “la modernidad es, en realidad, un fenómeno europeo, sí, aunque constituido en una relación dialéctica con una alteridad no europea que contiene en sus más remotos confines. La modernidad aparece cuando Europa se afirma como el ‘centro’ de la Historia Mundial que inaugura: la “periferia” que rodea este centro es entonces parte de esta de’iniación auto centrada. [...] La modernidad incluye un ‘concepto’ racional de emancipación que reconocemos y subsumimos. Pero desarrolla al mismo tiempo un mito irracional, una justificación de la violencia genocida. (Mignolo, 2010, p.18).